

Discussão de Temas: Temas Reflexivos e Objetivos

Tema 1: Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O legado dos megaeventos sediados pelo Brasil** apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Ronaldo fala em nome do povo e derrapa: "não se faz Copa com hospital"

Ronaldo não irá ocupar um cargo efetivamente público, ao menos na teoria, mas em seu discurso inicial citou por inúmeras vezes "o povo brasileiro". Novo membro do Conselho de Administração do COL, que terá ele, Ricardo Teixeira e um nome a ser anunciado, o ex-jogador derrapou em uma declaração forte. Segundo ele, "não se faz Copa com hospital".

Questionado se o povo não preferia hospitais e segurança ao invés de estádios, Ronaldo respondeu: "acho que se gasta com tudo. Está sendo gasto muito dinheiro em saúde, em segurança, mas vamos receber a Copa. Sem estádio não se faz Copa, amigo. Não se faz Copa do Mundo com hospital. Tem que fazer estádio", afirmou. O BNDES, órgão do governo, é o principal financiador das obras com estádios para a Copa de 2014.

O novo membro do Conselho de Administração, em seu discurso inicial e nas respostas à imprensa, tentou passar a imagem de que trabalhará em prol da população. "É uma honra enfrentar esse desafio de passar otimismo ao povo brasileiro. Mostrar o orgulho que essa Copa no Brasil é para a gente. A Copa não é do Comitê, não é do Governo. É do povo e o povo tem que se sentir orgulhoso, tem que participar. Todos os investimentos estão sendo feitos".

Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/ronaldo-fala-em-nome-do-povo-e-derrapa-nao-se-faz-copa-com-hospital,5cd91d81c499a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

TEXTO II

O legado das Olimpíadas de 2016 para a população do Rio de Janeiro não será apenas esportivo. Mas, principalmente, na melhoria da qualidade de vida do carioca com intervenções em áreas como mobilidade urbana, acessibilidade e meio ambiente. A avaliação é do presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Márcio Fortes, a quem cabe coordenar os trabalhos dos diversos órgãos públicos e privados envolvidos, para entregar tudo pronto no prazo estabelecido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), em julho de 2015, um ano antes de ser acesa a pira olímpica que marcará o início das competições.

Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/esporte/2013/04/legado-para-o-rio-de-janeiro-e-preocupacao-da-autoridade-olimpica-diz>

TEXTO III



Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha/files/2014/06/copabrum.jpg>

Tema 2: Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O desafio das drogas na sociedade brasileira** apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Um dos temas mais difíceis do mundo contemporâneo é o que fazer com o uso de drogas. Existem algumas comprovações bem estabelecidas sobre a questão. Se é verdade que sempre houve consumo de diferentes tipos de drogas em culturas muito diversas – embora não em todas –, não menos verdade é que ele no geral se deu em âmbito restrito e socialmente regulamentado, principalmente em cerimônias rituais. Não é este o caso contemporâneo: o uso de drogas se disseminou em vários níveis da sociedade, com motivações hedonísticas; no mais das vezes, sem aprovação social, embora, dependendo da droga, haja certa leniência quanto aos usuários.

Sabe-se também que todas as drogas são nocivas à saúde, mesmo as lícitas, como o álcool e o tabaco. E que algumas são mais nocivas do que outras, como a heroína e o crack. Para fins de política pública, o importante a reter é que as drogas produzem consequências negativas tanto para o usuário quanto para a sociedade e que reduzir ao máximo o seu consumo deve ser o principal objetivo.

A discussão, portanto, é sobre diferentes estratégias para atingir o mesmo objetivo. Até agora, a estratégia dominante tem sido a chamada “guerra às drogas”. Foi sob a sua égide, sustentada fundamentalmente pelos Estados Unidos, que as Nações Unidas firmaram convênios para generalizar a criminalização do uso e a repressão da produção e do tráfico de drogas.

Decorridos 10 anos, a agência da ONU dedicada às drogas se reuniu este ano em Viena para avaliar os resultados obtidos pela política de “guerra às drogas”. Simultaneamente, na Europa e na América Latina, comissões de personalidades independentes fizeram o mesmo, apoiando-se em análises preparadas por especialistas. Nossa conclusão foi simples e direta: estamos perdendo a guerra contra as drogas e, a continuarmos com a mesma estratégia, conseguiremos apenas

deslocar campos de cultivos e sedes de cartéis de umas a outras regiões, sem redução da violência e da corrupção que a indústria da droga produz. Logo, em lugar de teimar irrefletidamente na mesma estratégia, que não tem conseguido reduzir a lucratividade e consequentemente o poderio da indústria da droga, por que não mudar a abordagem? Por que não concentrar nossos esforços na redução do consumo e na diminuição dos danos causados pelo flagelo pessoal e social das drogas? Isso sem descuidar da repressão, mas dando-lhe foco: combater o crime organizado e a corrupção, ao invés de botar nas cadeias muitos milhares de usuários de drogas.

Em todo o mundo, se observa um afastamento do modelo puramente coercitivo, inclusive em alguns Estados americanos. Em Portugal, onde, desde 2001, vigora um modelo calcado na prevenção, na assistência e na reabilitação, diziam os críticos que o consumo de drogas explodiria. Não foi o que se verificou. Ao contrário, houve redução, em especial entre jovens de 15 a 19 anos. Seria simplista, porém, propor que imitássemos aqui as experiências de outros países, sem maiores considerações.

No Brasil, não há produção de drogas em grande escala, exceto maconha. O que existe é o controle territorial por traficantes abastecidos principalmente do Exterior. Dada a miserabilidade e a falta de emprego nas cidades, formam-se amplas redes de traficantes, distribuidores e consumidores que recrutam seus aderentes com facilidade. O país tornou-se um grande mercado consumidor, alimentado principalmente pelas classes de renda média e alta, e não apenas rota de passagem do tráfico. Enquanto houver demanda e lucratividade em alta, será difícil deter a atração que o tráfico exerce para uma massa de jovens, muitos quase crianças, das camadas pobres da população.

A situação é apavorante. O medo impera nas favelas do Rio. Os chefões do tráfico impõem regras próprias e “sentenciam”, mesmo à morte, quem as desrespeita. A polícia, com as exceções, ou se “ajeita” com o tráfico, ou, quando entra, é para matar. A “bala perdida” pode ter saído da pistola de um bandido ou de um policial. Para a mãe da vítima, muitas vezes inocente, dá no mesmo. E quanto à Justiça, não chega a tomar conhecimento do assassinato. Quando o usuário é preso, seja ou não um distribuidor, passa um bom tempo na cadeia, pois a alegação policial será sempre a de que portava mais droga do que o permitido para consumo individual. Resultado, o usuário será condenado como “avião” e, tanto quanto este, ao sair, estigmatizado e sem oferta de emprego, voltará à rede das drogas.

É diante dessa situação que se impõem mudanças. Primeiro: o reconhecimento de que, se há droga no morro e nos mocós das cidades, o comércio rentável da droga é obtido no asfalto. É o consumo das classes médias e altas que fornece o dinheiro para o crime e a corrupção. Somos todos responsáveis. Segundo, por que não “abrir o jogo”, como fizemos com a aids e o tabaco, não só por intermédio de campanhas públicas pela TV, mas na conversa cotidiana nas famílias, no trabalho e nas escolas? Por que não utilizar as experiências dos que, na cadeia ou fora dela, podem testemunhar as ilusões da euforia das drogas? Não há receitas ou respostas fáceis. Pode-se descriminalizar o consumo, deixando o usuário livre da prisão. As experiências mais bem-sucedidas têm sido as que vêm em nome da paz e não da guerra: é a polícia pacificadora do Rio de Janeiro, não a matadora, que leva esperança às vítimas das redes de droga. Há projetos no governo e no Congresso para evitar a extorsão do usuário e para distinguir gradações de pena entre os bandidos e suas vítimas, mesmo quando “aviões”, desde que sejam réus primários. Vamos discuti-los e alertar o país.

Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <http://www.sandramaia.com.br/artigos/61-o-desafio-das-drogas-por-fernando-henrique-cardoso-.html>. Adaptado.